



Cultural



Programa de História Oral & Visual do Poder Judiciário:
Des. José Joaquim da
Fonseca Passos

Biblioteca do TJERJ: Periódicos
Eletrônicos

Comes e Bebes
Coluna de Ivan Lindenberg Júnior

História das Comarcas
Resende - Dois Séculos de História

Papo Musical com Eloi Vicente



Presidente Murta Ribeiro prestigia
a abertura da exposição
"D. João VI e a Justiça em
Niterói"



Jurídico

Justiça Coletiva é o
tema da entrevista
com o Dr. Gustavo
Quintanilha Telles de
Menezes



Perfil

Zildete das Neves,
uma vida
dedicada à
difusão do saber

Institucional



Divisão de Acompanhamento e
Controle de Custos
UMA EQUIPE QUE VESTE A CAMISA

Novidades na 1ª Vice-Presidência
Encontro das Áreas de Gestão do Conhecimento do
Tribunal de Justiça e do Ministério Público
Novidade no Banco do Conhecimento
Revista Jurídica
Preservação de documentos históricos dos séculos
XVIII e XI
Desempenho dos Auditores Internos do PJERJ
supera expectativas
Programa de Autodesenvolvimento
Educação continuada de forma prática e versátil
O Serviço Social do Departamento de Saúde

COLUNA PERFIL: BIBLIOTECÁRIA ZILDETE DAS NEVES BARBOSA RAMOS

Consciente, desde a época de sua formação universitária, da relevância social que a prática da leitura desempenha no processo de formação do cidadão, e do papel social que as bibliotecas desempenham na democratização do saber, a bibliotecária Zildete das Neves nos fala, nessa entrevista, sobre as motivações que impulsionam o exercício de sua profissão.

Conte-nos um pouco sobre seu trajeto profissional.

Conclui o 2º grau no Colégio Pedro II e prestei vestibular para Biblioteconomia em 1981, para a Universidade Federal Fluminense, com dezessete anos.

Durante a faculdade, fiz estágios na Biblioteca de Serviço Social, além de, pelo CIEE Centro de Integração Empresa-Escola, no CEPEL - Centro de Pesquisas de Energia Elétrica e no CDL - Clube de Diretores Lojistas.

Nos estágios, era acompanhada por um bibliotecário. No CDL, a bibliotecária responsável estava para se aposentar. Quando isso ocorreu, fui contratada. Esse foi o meu primeiro emprego. Depois do CDL, trabalhei na ABEU - Associação Brasileira de Ensino Universitário, já lidando com o acervo de Direito, e na unidade da Universidade Candido Mendes do Centro, onde permaneci por oito anos, quando fiz concurso para o Tribunal de Alçada, e entre ficar na lista de espera ou vir trabalhar no Tribunal de Justiça, optei pela segunda alternativa.

Comecei a trabalhar na Biblioteca do Tribunal, que ficava no 10ª andar da Lâmina I. Depois de três anos trabalhando no Serviço de Referência a Diretora da Divisão de Disseminação da Informação Bibliográfica se aposentou e fui chamada para ser Diretora dessa Divisão. Fiquei muito lisonjeada.

Após a mudança da Biblioteca para a Lâmina III, fui convidada para ser Diretora da Divisão de Gerenciamento de Acervo em 2008. Uma novidade para mim. Aceitei porque o bibliotecário tem que fazer de tudo, deve ter domínio da biblioteca como um todo.

Por que escolheu esta profissão?

Minha mãe trabalhava como auxiliar de rouparia e meu pai era metalúrgico. O dinheiro era pouco. Durante meus estudos no 1º e 2º graus, quando precisava pesquisar e fazer leitura adicional, sempre recorria a bibliotecas.

Desde cedo, quando tinha trabalho em grupo pra ser feito, era uma alegria ir à biblioteca. Foi, simultaneamente, uma experiência necessária e uma vivência agradável, em que pude observar a dinâmica do trabalho dos profissionais ali naquele ambiente.

Minha principal razão relacionou-se à necessidade que tive de procurar a biblioteca e saber que, como aquilo era importante para mim, deveria ser para as outras crianças, que estudavam em colégio público e não tinham dinheiro para comprar livros. Essa foi a motivação em minha escolha profissional. Tanto, que meu trabalho de final de curso na faculdade foi a organização de uma biblioteca comunitária numa associação de moradores. Nessa época, às vezes, participava da associação de moradores no local onde morava em Anchieta. Assim, podia contribuir.

No meu caso, foi além do interesse pela leitura, foi mais uma questão de necessidade, vivência, de perceber o quanto uma biblioteca é importante.

Qual a contribuição da Biblioteca na formação do Magistrado?

Se alguém quer fazer concurso para a magistratura, se almeja ser desembargador, não pode ficar restrito àquela bibliografia básica do curso de Direito. E acontece que até aquele que tem muito dinheiro não vai conseguir abrir seu leque de leitura sem o auxílio de uma boa biblioteca.

Para quem está estudando para a magistratura é imprescindível ter acesso a obras em diversidade e qualidade. Sendo assim, a contribuição da Biblioteca na formação do magistrado é exatamente a de ofertar as riquezas de um amplo acervo.

A biblioteca proporciona um diferencial. Temos obras de autores italianos, espanhóis, franceses etc. Obras que, por mais que se tenha dinheiro, dificuldades serão enfrentadas na tentativa de adquiri-las. Sem biblioteca não é possível abranger esse mundo de acervos que temos aqui.

Percebo também que para chegar ao cargo de desembargador ou juiz é necessário estudar muito. Em suas atividades, o magistrado precisa estar sempre lendo, se atualizando, e investigando a origem de uma área do Direito, o surgimento de uma idéia, o que se falava anteriormente entre os grandes juristas etc. Nisso tudo, é muito importante a contribuição da Biblioteca.

Como foi a recente mudança de instalação da biblioteca?

A Biblioteca estava na Lâmina I e eu gostava muito da construção. Comparando com a Biblioteca atual, aqui na Lâmina III, a localização é mais acessível ao público, tanto ao externo quanto aos magistrados. No entanto, o espaço para o acervo ficou muito melhor, as acomodações para cada equipe também melhoraram.

Na mudança, pegamos no pesado. Começamos a fazer a mudança quando ainda estavam terminando as obras, antes da inauguração. Foi cansativo, muito trabalho braçal, mas ficaram ótimas as novas instalações da Biblioteca.

Quais as obras mais importantes do acervo?

Temos aqui as Ordenações Filipinas, e Manuêlinas. Temos acervo de obras raras e estrangeiras, e isto é o que diferencia a nossa biblioteca em relação a outras bibliotecas jurídicas do Estado do Rio de Janeiro. Em nosso acervo, temos a *Revista dos Tribunais* e a *Revista Forense* desde os primeiros números, e contamos ainda com o periódico *Arquivos do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho*, desde 1930.

Como foi, segundo sua experiência, a transição do uso do sistema de fichário para a utilização da informática na administração do acervo?

Quando ingressei no Tribunal, já existia o SABIA - Sistema de Apoio Bibliográfico Automatizado. O que se pode notar é que para o usuário tornou-se tudo mais fácil. Na época em que se usava catálogos, havia maior dificuldade na manipulação das informações e a possibilidade de danificação involuntária das fichas desses catálogos.

O advento da tecnologia ofereceu muito mais possibilidades de, na procura por uma obra, cruzar

informações, seja o nome de um autor com um determinado assunto etc. A informática veio para agilizar, inaugurou um novo período tanto para o público usuário como para a execução do nosso serviço.

Pôde-se, por exemplo, com a criação, na intranet, de uma vitrine virtual de obras, estabelecer uma parceria com editoras jurídicas, em que a editora doa dois exemplares de um determinado livro e, mediante isso, expõe-se a fotografia de capa e um releese daquela obra na página da Biblioteca. Algo que nos permitiu atualizar o acervo com várias obras recentes quase sem nenhum ônus para o Tribunal.

Qual seu tipo preferido de leitura?

Gosto de biografias e de estar atenta, ao ler obras como *Reengenharia*, do Michael Hammer, ou *A Terceira Onda*, de Alvin Toffler.

Um sonho ainda não realizado?

Eu não sou uma pessoa assim de sonhar. As coisas vão acontecendo na minha vida e eu vou aproveitando o momento, a oportunidade. Após apenas três anos de atividade na Biblioteca, fui convidada, como disse, a ser Diretora de Divisão. Eu não sonhava, mas aceitei. Não tenho um sonho ou sonhos, mas enfrento desafios se me for dada a oportunidade. Não tenho medo.

No entanto, considero uma grande realização o nascimento de meus dois filhos, Nicolás, hoje com dez anos, e Nicole, com três anos.

Quando se fica sonhando muito, e depois não acontece o que foi idealizado, ocorrem frustrações. O que eu me considero capaz de enfrentar eu enfrento, mas não sou sonhadora, sou mais prática.

[Retorna à página inicial](#)

UMA PARCERIA DE SUCESSO



O Museu da Justiça colabora com a Revista Eletrônica Interação desde a primeira edição, e é o responsável pelas colunas *Magistratura em Prosa e Verso*, *História Oral e Visual* e *Memória e Justiça*.

Esta antiga parceria viabilizou a divulgação de belíssima literatura de autoria de magistrados desta Corte, de entrevistas com personalidades de destaque no mundo jurídico e o resgate de importantes momentos de nossa história.

O trabalho realizado pela equipe do Museu da Justiça é primoroso e a generosidade de dividir a veiculação de parte deste trabalho com esta revista é, para a equipe da Revista Interação, motivo de orgulho.

NOVIDADES NA 1ª VICE-PRESIDÊNCIA

Com o apoio da 1ª Vice-Presidente, Desembargadora Valéria Maron, o Departamento de Autuação e Distribuição Cível - DECIV está treinando seus servidores nas modificações impostas pela Resolução 46/2007, que introduziu as tabelas processuais unificadas do Poder Judiciário.

A referida Resolução visa à padronização e uniformização taxonômica e terminológica de classes, assuntos e movimentação processuais no âmbito da Justiça Estadual, Federal, do Trabalho e do Superior Tribunal de Justiça.

Por iniciativa da Diretora da Divisão de Autuação - DIAUT, **Sra. Maria José**, foram confeccionadas tabelas impressas para auxiliar os servidores a se familiarizarem com os novos procedimentos, que envolvem a inserção do assunto, quando da autuação dos recursos e feitos originários do 2º grau de jurisdição.

Para garantir o sucesso dos novos processos de trabalho, foram realizados treinamentos duas vezes por semana, especificamente às terças e quintas-feiras, entre os dias 9 e 25 de setembro, coordenados pela Sra. Maria José. Por meio de um telão instalado no Departamento, foram promovidos debates



que fomentaram o entendimento, entre os servidores, sobre os assuntos que cercam os feitos mais comuns autuados pelo DECIV.

O Departamento de Relacionamento com o Usuário - DGTEC-DERUS acompanhou os treinamentos e registrou as imperfeições que ainda persistem na rotina, com relação à tabela de assuntos, para que tudo funcione a contento no dia 1º de outubro, data da implementação das tabelas.



Equipe em treinamento

[Retorna à página inicial](#)

Canal Aberto

Envie-nos suas críticas e sugestões.

Contacte-nos pelo e-mail revistainteracao@tj.rj.gov.br ou pelo telefone 3133-2740.

**ENTREVISTA COM O DR.
GUSTAVO QUINTANILHA TELLES DE MENEZES**



Em seu artigo "[Justiça Coletiva em uma Sociedade de Massa](#)", o senhor aponta a necessidade de uma administração estratégica da justiça. Poderia nos falar um pouco sobre isso?

Na verdade, como eu coloquei no artigo, a administração do Estado por qualquer um dos poderes deve ser sempre estruturada e orientada de forma a atingir a finalidade que é o bem-estar social e o funcionamento da macroestrutura estatal. Por isso, quando se aborda a questão de gestão, de uma forma geral, é importante traçar os objetivos chamados de estratégicos.

A estratégia é o planejamento a longo prazo, consciente das metas e dos meios disponíveis que se pretende ter para conseguir o alcançar o intento que se tem. Essa questão, que embora possa parecer lógica, ficou perdida no serviço público. Muitas vezes o administrador público, engajado nas questões do dia-a-dia, gerindo questões pequenas concretas e imediatas, deixa de fazer um planejamento contínuo, duradouro e mais profissional.

É uma crítica ao Poder Judiciário?

Ao contrário, é um reconhecimento do empenho do Poder Judiciário, empenho esse que deve prosseguir.

O Poder Judiciário vem desenvolvendo diversos trabalhos para aprimorar a sua administração e, de tempos mais recentes pra cá, com a criação do Fundo Especial, a história mudou e o tribunal vem se estruturando administrativamente, além da função jurisdicional que desempenha muito bem.

Por que, então, a sociedade reclama tanto da Justiça?

O fim colimado da jurisdição célere não é melhor atingido porque a demanda é muito grande. O Tribunal de Justiça tem tentado resolver os problemas aumentando sua estrutura com a criação de varas, de juizados, contratação de pessoal e construção de fóruns, mas a demanda não pára de crescer.

Aumentar a estrutura é algo que fazemos bem, só que isto não basta. Temos que pensar outras fórmulas de melhor prestar a jurisdição numa sociedade com o perfil da nossa.

E quais seriam?

Hoje em dia, numa sociedade com as características que a nossa tem, massificada, com um grande volume populacional, demandas análogas em face de grandes empresas que prestam serviço de uma forma coletiva, é necessário que a prestação jurisdicional observe isso e seja, também, coletiva.

As Ações Coletivas são instrumento que ajudará na prestação de jurisdição de massa.

Como isso será executado?

A forma como o cartório vai trabalhar com ação coletiva e como serão feitas as intimações, notificações, deferimentos de petições é algo que ainda terá que ser planejado.

Estamos habituados às demandas individuais. Sabemos como são as capas de processo, a forma de processamento, as técnicas de organização cartorária. Nós temos que pensar nisso tudo em relação às ações coletivas, cujas peculiaridades demandam novas estratégias.

O esforço de prestar a jurisdição mais célere é visível nos institutos da súmula vinculante, repercussão geral e recursos repetitivos.

Exatamente. Na verdade, como não existe um tratamento coletivo eficiente e prévio aos danos individuais, as pessoas, na ausência de uma tutela coletiva, buscam a tutela individual e tudo isso deságua no Poder Judiciário, sob a forma de milhares de demandas. Ao final, o juiz aplica sentenças muito similares em diversos processos. Assim também ocorre com o Desembargador e com o Ministro. Mesmo com os institutos citados o volume permanece bastante grande.

O senhor acredita que estes institutos ferem a independência do magistrado?

Eu creio que não se pode perder de vista o escopo, a finalidade da jurisdição. Eu não sou um músico ou poeta e não estou aqui para dar vazão a minha criatividade, mas para resolver problemas da sociedade. Aquele juiz que pensa diferente de todos os outros juízes do país e, inclusive, de tribunais superiores, sem fundamento legítimo ou por vaidade, não está contribuindo para a solução dos conflitos.

O magistrado tem que estar atento às súmulas e aos entendimentos daqueles que têm competência para reverem as sentenças e, no mínimo, considerá-los. Se tiver algum motivo realmente novo e diferente, ainda não apreciado pelos tribunais superiores, deve decidir conforme sua convicção motivada. Aí está a independência do magistrado.

Agora, quando o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro pacifica um entendimento de forma unânime, eu preciso observar os argumentos dos Desembargadores, até porque, muito provavelmente irão me convencer tecnicamente.

Tenho a curiosidade de ler a razão das reformas das minhas decisões e, quando não fico convencido, enfrento aqueles argumentos em decisões posteriores, o que enriquece o debate jurídico. Temos que estar abertos para os entendimentos diferentes dos nossos.

Por gentileza, fale um pouco mais sobre a aplicabilidade da jurisdição coletiva.

Prestação jurisdicional em ações coletivas contribuirá certamente para a celeridade e aprimoramento das soluções de conflitos que envolvem grande número de jurisdicionados. A jurisdição coletiva não é perfeita para todos os casos concretos, mas os pequenos reparos serão feitos no varejo. Não estou considerando a extinção da jurisdição individual, mas considerando a boa jurisdição coletiva para todas as finalidades em que é aceitável.

Isso diminuiria o número imenso de processos que as varas possuem?

Sim. É fato que muitas sentenças que um magistrado tem que elaborar são simples. Entretanto, seria melhor se tivéssemos um número menor de processos e pudéssemos detalhar cada vez mais, aprimorando a qualidade das sentenças. Creio que é para isso que a jurisdição caminha.

Como o senhor vê o Poder Judiciário atualmente?

Hoje, o Poder Judiciário não é apenas uma porta só de acesso à justiça, mas uma porta de acesso ao Estado. Se olharmos para cinqüenta anos atrás, percebemos que o cidadão tinha acesso ao Estado nas delegacias, nos hospitais, nas autarquias. As concessionárias de serviço público, estatizadas, já tinham uma série de defeitos, mas estes, eram resolvidos na própria concessionária.

Atualmente, com os serviços privatizados e a criação de autarquias especiais regulamentadoras, em que pese o devido respeito, não cumprem adequadamente a sua função fiscalizadora e não resolvem os problemas, acabou o contencioso administrativo e milhares de pessoas entram na justiça para buscar, aqui, a sua tutela.

A lacuna aberta pelo Poder Executivo Federal, que tem atribuição constitucional para regulamentar as atividades concedidas, muitas delas relacionadas com o consumo, gerou uma nova espécie demanda, muito mais numerosa.

O que tem sido feito para disseminar as Ações Cíveis Públicas?

O Dr. Flávio Citro tem tido contato com diversos colegas do Ministério Público e da Defensoria Pública para discutir a questão. A EMERJ, fonte maior de estudo jurídico desta casa, sediará uma palestra que abordará o tema.

O importante é deflagrar a discussão da parte doutrinária no âmbito judicial. Pode até haver controvérsias mas o debate e a discussão geram a luz, o amadurecimento e a experiência.

Um grande passo foi a criação do [Banco de Ações Cíveis Públicas](#) disponibilizado no Banco do Conhecimento que promove a uniformização de entendimento acerca de ações cíveis públicas de natureza consumerista.

O que ocorre quando há uma Ação Civil Pública e, concomitantemente, também há consumidores demandando individualmente?

O artigo 104 do Código de Defesa do Consumidor diz expressamente que a pessoa intimada pode se manifestar se quer continuar com a sua ação, quando deverá, então, optar pelos efeitos da ação coletiva ou continuar com a individual, mas, assim, não será beneficiada com a sentença da Ação Civil Pública.

Mais uma vez nos deparamos com a questão da Gestão Estratégica. Na prática, as ações coletivas são mais difíceis de serem julgadas e demoram mais, levando o jurisdicionado a preferir a demanda individual. Se a ação coletiva fosse rápida - aí entra a importância das liminares - a demanda individual deixaria de ser tão atrativa.

O que pensam os operadores do Direito?

A OAB e os advogados em geral ainda precisam se familiarizar com a forma de trabalhar a ação coletiva. Isso ainda vai levar um tempo.

O Ministério Público tem a possibilidade de, quando há um inquérito civil público, fazer um termo de aditamento de conduta TAC, eu, inclusive, sugiro essa alternativa para pôr fim, através da ação coletiva, nas demais demandas individuais.

Mas o dano moral ainda é mais “rentável” para o demandante.

O dano moral se tornou “moralmente aceitável”, mas não é. As pessoas não podem buscar qualquer forma de ganho.

Como o senhor explica isso?

Antes do Código de Defesa do Consumidor, um pai comprava o brinquedo para o filho e, se o brinquedo estivesse quebrado, dizia: “Que pena meu filho, o brinquedo está quebrado e o papai não tem dinheiro para comprar outro”. Geralmente, a empresa é que era irresponsável.

Hoje em dia, vivemos o tempo do consumidor irresponsável: o pai pega o brinquedo sem nenhum cuidado, ele cai e quebra e o pai entra com uma ação na justiça dizendo que o brinquedo é de má qualidade que deveria poder cair e não quebrar.

O brasileiro quer o mesmo tratamento que o consumidor tem na Suíça. Então tem que se portar como o consumidor da Suíça.

Nós estamos aqui para compor o dano. Nosso país já tem perturbações morais suficientes, em diversos aspectos, para também a magistratura ficar fomentando esse enriquecimento sem causa.

A sociedade ideal e utópica é anárquica e autodisciplinada, em que ninguém precisa dizer para o outro o deve fazer. Mas não acho que chegaremos a esse ponto. Por isso o Poder Judiciário existe, para coagir aqueles que não querem sucumbir à vontade do Estado. Entretanto, acredito que vamos chegar ao amadurecimento da sociedade, à civilidade.

Então tudo tem solução. Vamos sobreviver a esse mundo de processos.

Vamos. No fim tudo acaba bem. Quando não está bem é porque ainda não acabou.

[Retorna à página inicial](#)



**ACESSE O
BANCO DO CONHECIMENTO
DO PJERJ**

MUSEU DA JUSTIÇA INAUGURA EXPOSIÇÃO "D. JOÃO VI E A JUSTIÇA EM NITERÓI"



O Des. José Joaquim da Fonseca Passos, o Presidente Murta Ribeiro e o Des. Elmo Guedes Arueira

Em 1º de outubro, o Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro inaugurou, no Centro da Memória Judiciária de Niterói, a exposição "D. João VI e a Justiça em Niterói". O evento faz parte de uma série de comemorações relativas aos 200 anos da chegada da Família Real ao Brasil e contou com a presença do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Des. José Carlos Murta Ribeiro, que explanou sobre a importância da preservação da memória do Poder Judiciário.

A exposição destaca a atuação de D. João VI na criação da Vila Real da Praia Grande, que deu origem à cidade de Niterói, e do respectivo cargo de juiz de fora, que representa o início da Justiça togada, na região, pelo Alvará de 10 de maio de 1819. O ato foi motivado pela necessidade de uma melhor administração da Justiça junto aos moradores daquela localidade e das freguesias vizinhas, devido ao longo trajeto de mar entre a Praia Grande e a cidade do Rio de Janeiro.

Composta de textos, gravuras e reproduções de importantes pinturas e documentos de época, a exposição está distribuída em painéis sobre os seguintes temas: Criação da Vila Real da Praia Grande e do respectivo cargo de juiz de fora; Instalação da Vila Real da Praia Grande; Primeiro juiz de fora da Vila Real da Praia Grande; Projeto de Edificação da Vila Real da Praia Grande; Revista das tropas destinadas a Montevideu; Embarque das tropas na Praia Grande; e O Palacete Real de São Domingos.

O **Centro da Memória Judiciária de Niterói** fica na Praça da República, s/nº, 2º andar, no Fórum de Niterói, e a exposição ficará aberta ao público até o dia 19 de dezembro, de segunda a sexta-feira, das 11h às 17h30min, e as visitas guiadas podem ser agendadas pelo telefone 2613-9686.



História das Comarcas

RESENDE - DOIS SÉCULOS DE HISTÓRIA

As terras do atual município de Resende se tornaram conhecidas no Século XVIII, quando a febre do ouro e dos diamantes possibilitou o desbravamento dos atuais Estados do Rio, São Paulo e Minas Gerais.

Antes da chegada do europeu, os primeiros habitantes da região que se tornaria Resende, os índios Puris - termo que em português quer dizer "gente tímida e mansa" -, eram de baixa estatura, mas fortes e troncados. Seus cabelos eram lisos, as orelhas pequenas, o nariz largo e os olhos puxados. Eram nômades e viviam da caça, da pesca e da agricultura primária. Os Puris habitavam ora às margens do Rio Paraíba, ora a região alta da Serra da Mantiqueira, onde colhiam pinhões quando a caça ficava difícil.

Em 1744, o coronel paulista Simão da Cunha Gago obteve licença para desbravar a região à procura de ouro e pedras preciosas. Ele seguiu para Aiuruoca (MG), de onde desceu a serra com seus companheiros e armou acampamento numa colina que avançava sobre o Rio Paraíba, local onde atualmente está situado o bairro Montese.

Ali foi erguido um altar onde foram rezadas as primeiras missas. Mais tarde, o acampamento foi transferido para o outro lado do rio, devido aos constantes incômodos provocados pelos índios às roças e às plantações dos colonos. A este lugar, recém-descoberto por Simão da Cunha Gago, deu-se o nome de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova o primeiro nome do futuro município de Resende.

Já em 1756, o povoado é elevado à categoria de Freguesia, e no dia 29 de setembro de 1801, passa a ser considerado Vila de Resende. A mudança do nome é uma homenagem ao Conde de Resende, que era o Vice-Rei do Brasil naquela época. Para marcar a elevação de Povoado à Vila, foi construído, na atual Praça do Centenário, um Pelourinho (monumento que tem uma bola de cera no alto e que era o símbolo obrigatório das Vilas).

Nesse período, Resende tinha apenas 4000 habitantes e foram eleitos então os primeiros vereadores. Não havia prefeito, e o vereador mais votado era o presidente da Câmara e também a autoridade responsável pelo cumprimento das leis. Apenas em 1912 foi escolhido o primeiro prefeito, que passa a atuar a partir de 1913.

Surpreendente era o tamanho da Vila de Resende, que ia da fronteira de São Paulo até pouco antes da Serra das Araras, além de fazer limite com Angra dos Reis e com Minas Gerais. Era terra a perder de vista!



Fórum da Comarca de Resende

Com o passar dos anos e com a criação de outras vilas, no entanto, Resende foi perdendo grande parte de seu território. Em 1821, foi construída a primeira ponte de madeira sobre o Rio Paraíba, mas ela foi destruída pela enchente de 1833. Depois, outra ponte de madeira foi feita e durou até o fim do Século XIX. No ano de 1905, foi inaugurada uma ponte de ferro, a Ponte Nilo Peçanha (Ponte Velha), que resiste ao tempo, e até hoje é uma testemunha da história.

Em franco desenvolvimento devido ao plantio do café, em 13 de julho de 1848, Resende finalmente deixa de ser uma simples Vila para ser elevada à categoria de Cidade. A população de então era de cerca de 19 mil habitantes, sendo cerca de 10 mil cidadãos livres e o restante composto de escravos.

Considerada uma das cidades que mais cresce no Estado do Rio, Resende é hoje uma cidade moderna, com alta qualidade de vida, e tem na hospitalidade de seus habitantes uma de suas principais atrações.

Fontes:

ABREU, Antônio Izaias da Costa. Palácios e Fóruns do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (História e Ionografia). Rio de Janeiro: 2005.

[Http://www.resende.rj.gov.br/page/historia.asp](http://www.resende.rj.gov.br/page/historia.asp)

Retorna à página inicial

REVISTA JURÍDICA



Simone, a chefe de serviço do Seape;
Rita; Maria José; Carla; Cristina e
Rosemary

A Revista Jurídica é uma publicação produzida mensalmente, em meio eletrônico, pelo Serviço de Pesquisa - DGCON/SEAPE, que tem por objetivo abordar temas relevantes e controvertidos à luz do Direito, expondo pontos de vista divergentes, apontar tendências, e divulgar material resultante de pesquisa de jurisprudência dos TJ de todo o Brasil, destinada, em primeiro lugar, aos magistrados e demais operadores do Direito, assim como ao público em geral.

Desenvolvida a partir de sugestões dos magistrados, já estão disponíveis no Banco do

Conhecimento as duas edições da Revista publicadas até o momento. A primeira delas, lançada em julho de 2008, versou sobre "Responsabilidade Civil diante da Cirurgia Plástica". A edição de agosto abordou o tema "Indenização por Dano Moral: Incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte" e, recentemente, em setembro, tratou de "*Venire contra Factum Proprium*".

COMES E BEBES

Coluna dedicada aos amantes do vinho e da boa mesa

Comida de Raiz, a Tradição Carioca!

Hoje vamos mudar um pouco o rumo da prosa.



Ivan Lindenberg

Nem só de vinho sobrevive a humanidade. A comida e a bebida se completam e, de maneira geral, estão entre os prazeres da vida.

No mês que passou tive a satisfação de participar do Circuito de Comidas de Botequim (também conhecido em suas variações como bar, boteco, pé-sujo, etc.). Na verdade um concurso de "Comida di Buteco" aberto a todos que quisessem experimentar a velha tradição carioca do "tira-gosto", que em boa hora está sendo resgatada.

Fui convidado por um dos coordenadores do concurso, meu grande amigo e autor do livro "Rio Botequim 2007", Guilherme Studart, um *expert* no assunto.

O concurso foi criado há algum tempo em Minas Gerais e agora foi trazido pela primeira vez para o Rio, sendo amplamente divulgado na imprensa.

Participaram 31 bares e botequins da Zona Sul, Norte, Centro, Oeste, e todas as demais regiões da cidade, cada um deles com sua especialidade ou tira-gosto. Empada, pastel, croquete, bolinhos de bacalhau, bolinhos de feijoada, filezinho, frango, porco, lingüiça, caldinhos, carne seca, enfim, tudo que se possa imaginar, preparado com o capricho de sempre.

Confesso que não consegui ir a todos, entretanto fiquei muito bem impressionado nos que estive. Se algum leitor teve a oportunidade de ir a um dos Botecos participantes, sabe do que estou falando.

A principal regra, não a única, era que cada boteco só poderia concorrer com um tira-gosto apenas, sem que houvesse repetição por outro concorrente. Claro que cada um tem sempre mais de um tira-gosto especial e a gente acaba caindo em tentação e provando inclusive os que não estão no concurso.

Qualquer pessoa que chegasse num dos bares participantes poderia votar, e a avaliação não se restringia ao petisco. Atendimento, temperatura da bebida e higiene também contavam pontos.

Isso realmente valorizou mais ainda a comida e serviu para desmistificar o preconceito e provar que comida de botequim pode, sim, ser feita com qualidade e higiene.

Nas minhas andanças pelos bares da vida pude observar adultos, crianças, famílias aproveitando as delícias de uma culinária muito antiga, agora revitalizada e até reinventada.

Muitos desses bares, que já tinham uma clientela fiel, ganharam novos adeptos. É uma valorização sem perder a essência do que é comida de raiz. Além disso, é uma oportunidade (ou uma desculpa!) para conhecer outro Rio, fora do circuito habitual, e pouco visto pelos próprios cariocas.

Foi o primeiro ano do concurso por aqui e apesar de não ter sido perfeito, teve mais acertos do que erros. Acredito que, no próximo ano, será ainda melhor.

Para fechar com chave de ouro, a divulgação dos vencedores ocorreu numa linda festa. A famosa "Saideira", na gíria de bar, aconteceu no Rio Scenarium, na Rua do Lavradio, na Lapa, um dos templos da boemia carioca.

Foi uma noite muito animada, com gente conhecida, convidados, imprensa, mas que prestigiou principalmente quem é do ramo, donos e freqüentadores assíduos dos bares, com roda de samba de um lado, chorinho do outro, diversos tira-gostos concorrentes sendo servido o tempo todo e muita cerveja (isso mesmo, cerveja!).

No início da divulgação do resultado, o suspense imperou, mas não houve surpresa no final. Foram 4 categorias: Melhor Higiene, Melhor Atendimento, Melhor Temperatura da Bebida e Melhor Tira-gosto. Nesta última categoria foram divulgados os 3 primeiros colocados. Mas não teve jeito o Bar Original do Brás, localizado em Brás de Pina, acabou levando todos os prêmios.

É claro, não foi uma unanimidade e teve quem reclamasse. Mas faz parte. Vamos dizer que pelo conjunto da obra eles realmente estavam bem cotados e, por ter sido um dos bares que visitei, concordo com alguns dos prêmios. Particularmente, na categoria tira-gosto achei o resultado injusto.

O 3º colocado foi a porção de camarão miúdo, frito no alho, do Restaurante Siri e o 2º colocado foi o bolinho de feijoada, do Bar Aconchego Carioca. Esse sim, um verdadeiro campeão, na minha opinião e na de muitos que estavam na festa. O 1º colocado foi o rolê de carne, como já dito, do Bar Original do Brás.

O concurso acabou, mas os bares continuam aí espalhados pela cidade, com seus fantásticos tira-gostos. No ano que vem, tem mais e não pode ter repetição dos petiscos. Mas por enquanto eles ainda estão lá. Quem não teve a oportunidade, ainda pode provar. O guia dos bares pode ser consultado na internet em: www.comidadibuteco.com.br

Vale a pena uma volta pelos bares da vida!
Aproveitem!

Envie ao colega Ivan Lindenberg sua dúvida sobre vinhos pelo e-mail: revistainteracao@tj.rj.gov.br. As orientações versarão tão-somente sobre as características do vinho, não serão indicadas marcas.

PAPPO MUSICAL COM ELOI VICENTE

Histórias de Músicos

Assim como os pescadores, músicos são sempre cheios de histórias. Algumas delas, mesmo sem a devida consistência no quesito veracidade, merecem ser contadas.

Quando não existiam ainda as entidades arrecadoras de direitos autorais no Brasil, muitos compositores populares só achavam um jeito de receber "algum" pelas suas composições: vendê-las. Cartola, no entanto, era um dos compositores que não adotava essa prática. Preferia, na época das "vacas magras", buscar o seu sustento em outras atividades, como pintor de paredes ou lavador de automóveis, mas não vendia suas músicas por dinheiro nenhum.

Um dia, participando de uma roda de samba onde cada um mostrava suas novas canções, um sujeito desconhecido pediu o violão e começou a cantar um samba. Cartola quase teve um ataque. O samba que o homem apresentava como seu havia sido feito há poucos dias por ele, Cartola, em parceria com o grande Nelson Cavaquinho. Furioso, foi procurar Nelson, querendo trucidar o seu companheiro por ter vendido o samba.

Ao ser encontrado, antes mesmo que Cartola pudesse expressar toda a sua raiva, Nelson foi logo se explicando: "Calma, meu amigo! Fique tranqüilo! Eu vendi só a minha parte! O samba agora é seu e daquele moço!"

Uma das nossas cantoras de muito sucesso, durante um período da sua carreira, se apresentava cantando descalça. Numa dessas apresentações, o baterista da banda que a acompanhava havia tomado umas cervejas a mais antes do show. Por conta disso, uma necessidade imperiosa de ir ao banheiro lhe apareceu bem no meio de uma seqüência longa de músicas. Não haveria um intervalo tão cedo, e a sua vontade era daquelas inegociáveis.

Como os bateristas geralmente são alojados no fundo do palco, com pouca iluminação e tocam com a bateria colocada à sua frente, sem alternativa, decidiu resolver o seu problema ali mesmo, sentado, e sem perder o ritmo.

Talvez tivesse dado certo, se os palcos de teatro não tivessem, quase sempre, uma ligeira inclinação do fundo para a boca. E a cantora, embora estivesse falando das águas dos rios e dos mares nas canções que interpretava, começou a pisar, descalça, em outro tipo de líquido.

Embora alguns da platéia tivessem até aplaudido a cena, achando que se tratava de um efeito especial, o baterista hoje deve a sua vida aos seus companheiros, que o salvaram de ser assassinado no camarim, ao protegê-lo do ataque da "cantora louca dos pés molhados".

Badeco, ex-integrante de "Os Cariocas" me contou que foi convidado pelo seu amigo João Gilberto para assistir a uma gravação que o João faria num estúdio (que já não existe mais) num prédio da Av. Rio Branco. Chegaram lá no início da noite, tudo estava preparado a contento e João começou a gravar. Mas nada dava certo.

João não se sentia confortável, não gostava dos resultados ao ouvi-los e, principalmente, reclamava de um barulho, um ruído intermitente, que ninguém mais ouvia, só ele. Depois de várias tentativas sem sucesso, já na madrugada, resolveram desistir e transferir a gravação para o dia seguinte.



Voltando para casa, num táxi, a dois quarteirões do estúdio, João e Badeco passaram diante de uma obra emergencial na rua, por causa de um cano de água rompido, onde era usada uma britadeira. E João então perguntou a Badeco: "Será que essa obra acaba até amanhã? Porque era este o barulho que eu ouvia, lá dentro do estúdio!"

Elza Soares começou a sua vitoriosa carreira no famoso programa de calouros do Ary Barroso. Ary era temido pelos que iam ao seu programa pela sua sinceridade. Assim como elogiava um bom candidato, também era capaz de reduzi-lo a pó se não fosse do seu agrado.

Depois da apresentação, em que Elza Soares mostrou todo o seu jeito diferente de cantar, fazendo seus característicos vocalizes roucos enquanto sambava dentro de um vestido apertado (como faz até hoje), Ary, surpreso, lhe perguntou: "De que planeta a senhora veio?" E ela, ainda sem saber se aquilo era um elogio ou uma esculhambação, respondeu sem pestanejar: "Do planeta fome!"

Uma cantora, já veterana, tinha no seu repertório de show "Valsa de uma cidade", de Ismael Netto e Antônio Maria. Como estava se apresentando em Curitiba, durante a interpretação dessa música, teve a idéia de homenagear aquela cidade.

Na segunda parte da valsa, há o verso "Rio de Janeiro, gosto de você", e ela resolveu substituir o nome da cidade enaltecida na letra. Além da inadequação do que é cantado nos versos, que falam, por exemplo, de "vento do mar no meu rosto", havia ainda outro detalhe. É que "Rio de Janeiro" tem seis sílabas métricas e "Curitiba" tem só quatro.

E a nossa cantora, para resolver o problema de métrica, decidiu esticar logo a primeira sílaba. Mandou um sonoro "Cu-u-u-ri-ti-ba gosto de você" nos ouvidos da platéia, atônita, e, certamente, não muito feliz com a, digamos, bem intencionada homenagem.

Mas essa mesma cantora, em outra ocasião, para resolver um problema durante um show, teve uma idéia realmente brilhante.

Ela esqueceu um pedaço da letra da música que estava interpretando. Ao perceber que não iria lembrar-se a tempo, começou a mexer os lábios como se estivesse cantando, mas sem emitir som, enquanto, com um olhar de súplica para o técnico de som, mexia no fio do microfone, dando a entender que teria aparecido um defeito que "emudecia" o som da sua voz para a platéia.

O tempo que o técnico ficou, sem êxito, mexendo nos botões da mesa de som tentando consertar o suposto problema, foi suficiente para que passasse a parte da música em que "deu branco". E ela voltou a cantar normalmente, já no pedaço em que sabia a letra, como se o som tivesse voltado naquele instante, fazendo sinal de agradecimento para o técnico e mostrando que o microfone "agora, sim", estava funcionando bem. Genial!

É comum, quando vão fazer shows em outras cidades, os artistas fazerem propaganda do evento, comparecendo a programas de rádio e televisão.

O conjunto "Os Cariocas" estava numa cidade do sul do país e, a convite dos contratantes do show da noite, compareceu antes a um programa de televisão desses "dirigidos às donas de casa", em que são apresentadas receitas de bolo, horóscopo, produtos para o cabelo, para emagrecer etc.

A apresentadora, ao vivo, depois de dizer para as câmaras, orgulhosa, que artistas de vários estados do Brasil já estiveram no seu programa, e estava muito feliz em entrevistar naquele dia um quarteto muito especial da nossa música, fez a seguinte pergunta para o grupo: "'Os Cariocas' são de onde?" Pano rápido!

DIRETORIA GERAL DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

ENCONTRO DAS ÁREAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO DO TJ E DO MP



João Felipe, Laura, Dr. José Roberto Paredes, Marcus Vinicius e Marcelo Filgueiras

No dia 27 de agosto, realizou-se o segundo encontro entre as equipes de gestão do conhecimento do Tribunal de Justiça e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo do encontro foi proporcionar a troca de experiências, definir interesses comuns e consolidar a parceria entre as áreas.

A Área de Gestão do Conhecimento do MPRJ, implementada a partir de janeiro deste ano e coordenada pelo Procurador de Justiça Dr. José Roberto Paredes, apresentou projetos desenvolvidos e em fase de elaboração. Dentre eles destacam-se:

- **Projeto Memória do MP** - visa recolher os documentos, fotografias e outras referências da atuação ministerial;
- **Projeto Atividades Preventivas para redução das causas ensejadoras de sindicâncias** - com o objetivo de formular estratégias de combate aos fatos e circunstâncias motivadoras de tais procedimentos;
- **Projeto Agendamentos** - cujo objetivo é a melhor performance das rotinas de agendamento de eventos realizados na Instituição.

Além disso, com o auxílio de parte da Equipe da Assessoria de Comunicação Social, o **Clipping de Notícias**, antes veiculado por meio impresso, passou a ser disponibilizado, em mídia eletrônica, gerando a economia de 60 árvores por ano, segundo estimativa de perito ministerial.

Destaque-se, ainda, o desenvolvimento do MGP (**Módulo de Gestão de Processos**), cuja Gestora é a Promotora de Justiça Dra. Georgea Guerra. Trata-se de sistema voltado para a operação dos registros de entrada e saída de processos e procedimentos administrativos, que muito contribuirá para otimizar o desempenho das funções ministeriais.

Por fim, registre-se que, muito em breve, o MPRJ passará a contar com um **Novo Portal** (ambientes Internet e Intranet) dotado de importantes funcionalidades e ferramenta de buscas.

No final do encontro, ficou apresentada a idéia de estabelecimento de convênio, formalizando canal que viabilize o intercâmbio de ferramentas e práticas de gestão do conhecimento que dêem suporte à concretização da missão e da visão de futuro de cada uma das instituições.



Encontro das equipes de gestão do conhecimento do TJ e do MP

BIBLIOTECA DO TJERJ

PERIÓDICOS ELETRÔNICOS

Os periódicos científicos eletrônicos surgiram na década de 90. Com a expansão da internet, esse tipo de publicação cresceu e vem se desenvolvendo cada vez mais e, hoje, tem sua legitimidade atribuída. Nos últimos anos, os periódicos vêm passando por muitas avaliações e estudos. O periódico eletrônico apresenta algumas vantagens ao tradicional, como por exemplo: a falta de gastos com impressões; agilidade na avaliação dos artigos enviados; possibilidade de acesso imediato ao conteúdo de artigos de vários números diferentes; acesso de qualquer lugar do planeta que tenha conexão com a internet; e outros.

A internet gerou mudanças significativas no comportamento dos usuários, pois hoje estão mais livres para fazerem suas escolhas de pesquisa. A web tornou a leitura, a escrita e o processar da informação algo muito mais volátil e dinâmico. Nesse cenário, o periódico eletrônico tornou-se algo indispensável para os pesquisadores.

Mas nem tudo são flores na web, ainda não existe um controle das publicações disponíveis na rede, e qualquer pessoa pode criar um site com artigos escritos pelo próprio criador ou por terceiros sem nenhuma avaliação dos pares, e esses textos podem ser de conteúdo informacional duvidoso. Mas como saber então em que confiar? O ideal é conhecer as fontes produtoras da informação, do site, enfim conhecer a instituição responsável pela edição. Se isso não for possível, é recomendável procurar nas instituições que agrupam essas fontes, como base de dados e portais.

No Brasil, temos como exemplo o Portal Capes, que oferece diversos serviços referentes a publicações on-line, um deles é o Programa Qualis Capes, uma base de dados que classifica os veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da produção intelectual de seus alunos e professores. Com isso, constitui uma excelente fonte de informação para as diferentes áreas do conhecimento. É importante também esclarecer que o programa Qualis não avalia somente periódicos eletrônicos, mas também os impressos.

Em nossa biblioteca, temos mais de cem títulos de periódicos, alguns possuem classificação Qualis A, por exemplo: a *Revista Forense*; *Revista da Ajuris*; *Direito, Estado e Sociedade*; *Revista de Direito Administrativo*; além de títulos internacionais como o *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, entre outras.

Existem centenas de periódicos disponíveis na web que funcionam como principal divulgador da produção científica. São o principal canal de comunicação entre os produtores de conhecimento e estão disponíveis para todos os que deles precisarem.

[Retorna à página inicial](#)

PRESERVAÇÃO DO ACERVO PERMANENTE: DOCUMENTOS HISTÓRICOS (SÉCULOS XVIII E XIX)

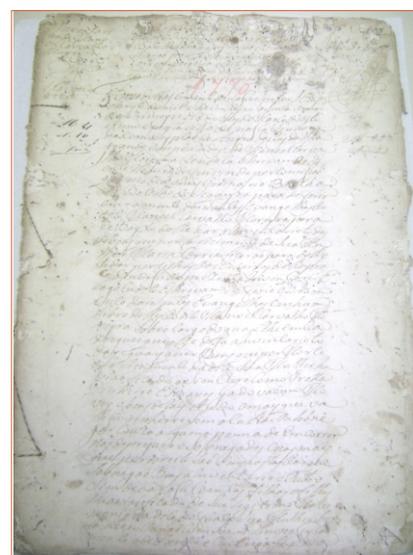
Com o intuito de preservar uma importante parcela da história, de guardar o acervo que remonta às origens do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que ajuda a contar a trajetória e o funcionamento dos primeiros anos da justiça na cidade do Rio de Janeiro, o Serviço de Gestão de Acervos Arquivísticos Permanentes da Diretoria de Gestão do Conhecimento (DGCON/SEGAP) iniciou, em junho de 2008, um trabalho de seleção de processos judiciais de valor histórico, probante e informativo.

O objetivo deste trabalho é selecionar todos os documentos produzidos até o ano de 1850, e preservar a documentação produzida nos cem primeiros anos de funcionamento da justiça na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um momento singular para a estruturação e organização da justiça. Nesse período, ela era exercida através dos tribunais locais e por funcionários da localidade, como ouvidores e juízes de fora.

O SEGAP recebe processos dos serviços de cadastramento - SEAIT, SECAD E SEARB - e realiza a seleção dos processos até 1850 e efetua a análise nos documentos produzidos entre 1851 e 1950, procurando identificar documentos de valor histórico. Assim, os processos são selecionados de acordo com a sua singularidade e importância para a preservação da história da instituição.

Até o presente momento, o processo mais antigo que a equipe do SEGAP localizou foi um inventário de 1770, da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Angra dos Reis. O documento é assinado pelo juiz ordinário da localidade, Baltazar Botelho de Siqueira. O processo pertence ao fundo documental "Relação do Rio de Janeiro", primeiro tribunal de justiça da cidade, criado em 1751.

O juiz ordinário era um juiz da localidade cujo nome constava da lista de *pessoas elegíveis* na câmara municipal. Era escolhido para presidir as sessões da câmara municipal, tinha jurisdição na comarca em que residia e competência para resolver, em primeira instância, os conflitos que nela viessem a existir.



Inventário de 1770

NOVIDADE NO BANCO DO CONHECIMENTO

O Banco do Conhecimento é um instrumento destinado a facilitar a localização, a recuperação e a reutilização dos dados, informações e conhecimentos mais relevantes para o cumprimento da missão institucional e tem como objetivo contribuir diretamente para a eficiência e eficácia das atividades dos magistrados e servidores, além de ser fonte de consulta para o público externo.

Diversas melhorias foram implementadas no Banco do Conhecimento e destacaremos no mês de outubro os artigos jurídicos disponibilizados no link Responsabilidade Civil, a saber:

- **A Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário Urbano - José Carlos Maldonado de Carvalho**

http://www.tj.rj.gov.br/dgcon/doutrina_artigos_juridicos/responsabilidadec_civil_transportador.doc

- **Responsabilidade Civil dos Meios de Comunicação - Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho**

http://www.tj.rj.gov.br/dgcon/doutrina_artigos_juridicos/responsabilidade_civil_meios.doc

- **Responsabilidade Médica - Grácia Cristina Moreira do Rosário**

http://www.tj.rj.gov.br/dgcon/doutrina_artigos_juridicos/responsabilidade_medica.doc

- **A Obrigação de Diligência e a Responsabilidade Civil do Profissional Liberal - Nagib Slaibi Filho**

http://www.tj.rj.gov.br/dgcon/doutrina_artigos_juridicos/nagib_slaibi.pdf

- **Prontuário Médico e a Inversão do Ônus da Prova - Camilla Prado**

http://www.tj.rj.gov.br/dgcon/doutrina_artigos_juridicos/prontuario_medico.doc

Na próxima edição, abordaremos outras novidades que foram incorporadas à Página dos Artigos Jurídicos do Banco do Conhecimento.

Por enquanto, navegue em nossa Página. O caminho é o seguinte: **www.tj.rj.gov.br / Onde Encontro / Doutrina / Artigos Jurídicos**.

Aproveite e envie sua sugestão. Sua opinião é fundamental para a melhoria de nossos serviços.

Seesc@tj.rj.gov.br

“Banco do Conhecimento do PJERJ: disseminando e compartilhando o saber organizacional”

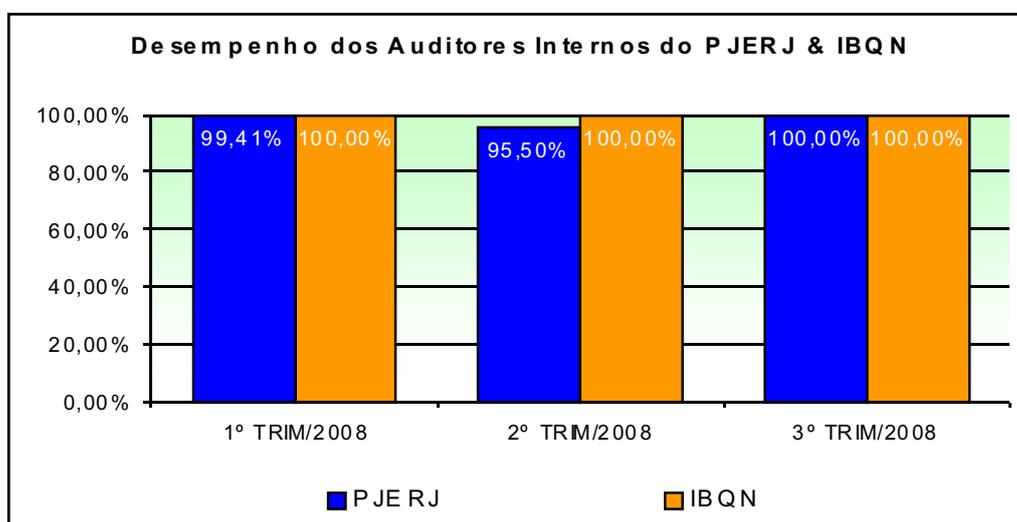
Retorna à página inicial



DIRETORIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

DESEMPENHO DOS AUDITORES INTERNOS DO PJERJ SUPERA EXPECTATIVAS

A DGDIN comemora o desempenho dos auditores internos do PJERJ, cuja atuação em nada fica a dever aos auditores contratados, conforme demonstra o quadro consolidado com a avaliação obtida por servidores e auditores do Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear (IBQN), empresa que presta serviços de auditoria interna ao PJERJ.



O bom desempenho dos auditores internos do PJERJ é resultado do aprimoramento contínuo assegurado pelo programa de capacitação e desenvolvimento, organizado e impulsionado pela DGDIN.

A DGDIN promove cursos, treinamentos práticos, palestras, debates e reuniões no intuito de esclarecer os auditores sobre a importância de seu papel. Em todas as etapas do programa, a DGDIN acompanha de perto a atuação dos auditores, orientando-os sobre os objetivos dos treinamentos propostos e identificando oportunidades de aperfeiçoamento para que possam realizar auditorias eficazes.

O preparo adequado do auditor interno produz resultados positivos com reflexos no relacionamento dentro da organização e na satisfação do usuário, proporcionando melhoria da unidade organizacional auditada, eliminação de falhas ou erros de rotina, ajustes em processos de trabalho, valorização dos servidores, conscientização das situações e satisfação pelos objetivos alcançados.

A cada auditoria realizada, o servidor recebe o *feedback* da sua atuação sem qualquer conotação de crítica, controle ou fiscalização. Muito pelo contrário, o processo tem por princípio oferecer aos servidores engajados no programa, a construção de uma percepção mais aprofundada do trabalho que realizam, com transparência e abertura.

Nada disso seria possível sem o engajamento e comprometimento dos colegas que se dispõem a participar do Programa de Capacitação.

Para a DGDIN, são servidores diferenciados, cujo interesse primordial é contribuir com a Instituição, considerando o caráter voluntário da atividade, e que buscam o autodesenvolvimento.

Atualmente, o Quadro de Auditores Internos do PJERJ possui 6 auditores internos nível III, que são concluintes do programa de capacitação, com conhecimento e habilidades que os tornam capazes de conduzir uma auditoria.

Integram, ainda, o Quadro 10 auditores internos nível II (concluintes do curso de formação de auditor líder e ainda em desenvolvimento da capacitação); e 89 auditores internos nível I (ainda em desenvolvimento da capacitação, acompanham auditorias, como observadores).

Até setembro, a participação dos auditores internos do PJERJ nas auditorias, ora como auditor líder, ora como 2º auditor, proporcionou uma economia de R\$ 31.200,00, considerando o valor de R\$ 1.300,00 por dia de auditoria, no total de 24 dias.

Das 45 auditorias internas, 20 contaram com a participação de servidores do PJERJ, o que representa 45% das auditorias realizadas no período sem custo para o Tribunal. No 1º semestre de 2007 a participação de servidores em auditoria gerou economia de R\$ 7.000,00.

A relação nominal dos auditores internos, com lotação, classificação e participação em auditorias, está disponível na *intranet*, no endereço Institucional/Sistema Integrado de Gestão SIGA/Auditores Internos do PJERJ.

[Retorna à página inicial](#)

DIRETORIA GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE CUSTOS

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJERJ é pioneiro na política de gerenciamento dos recursos por força da criação do Fundo Especial pela Lei 3.217/99. Da receita destinada ao TJERJ surge a necessidade de introdução de conceitos mais contemporâneos da Administração Pública como Planejamento Estratégico e Gestão de Custos com vistas a atingir resultados.

Neste contexto, nasce o Sistema de Custos do TJERJ, conhecido como "RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE CUSTOS - RAC".

No biênio de 2007/2008, foram colocados à disposição, na intranet e internet, mais relatórios gerenciais dos custos rateados pelas unidades organizacionais do PJERJ, de forma a dar publicidade aos números. Várias reuniões foram realizadas com os gestores e, rotineiramente, com a Diretoria Geral de Tecnologia da Informação - DGTEC, responsável pelo suporte técnico ao sistema e implementação do "RAC - GERÊNCIA", ferramenta que permite melhor visualização e flexibilidade na inserção de dados. Recentemente, as Diretorias Gerais deste Tribunal de Justiça receberam o "INFORMATIVO DE GESTÃO DE DESPESAS", com o fim de

demonstrar a movimentação dos recursos sob suas gerências.

No decorrer do trabalho com o sistema "RAC", percebeu-se a necessidade de buscar informações sobre o comportamento das despesas junto àquelas unidades organizacionais. Assim, imbuídos do espírito de comunicação e interatividade, a Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças

- DGPCF produziu o "INFORMATIVO DE GESTÃO DE DESPESAS", com o objetivo de fornecer uma ferramenta de análise gerencial que proporcione o envolvimento dos gestores no processo.

O apoio do Diretor Geral da DGPCF, Dr. Sebastião de Freitas Oliveira, foi importantíssimo para desencadear esta iniciativa, principalmente pelo incentivo ao trabalho desenvolvido.

O acompanhamento de custos é uma realidade, sendo a cooperação entre os órgãos e o uso das ferramentas de gestão o primeiro passo para a conscientização de uma melhor aplicabilidade dos recursos.

A DGPCF agradece a boa receptividade dos relatórios e espera que a parceria com as demais Diretorias Gerais se sedimente, ainda mais, no futuro.



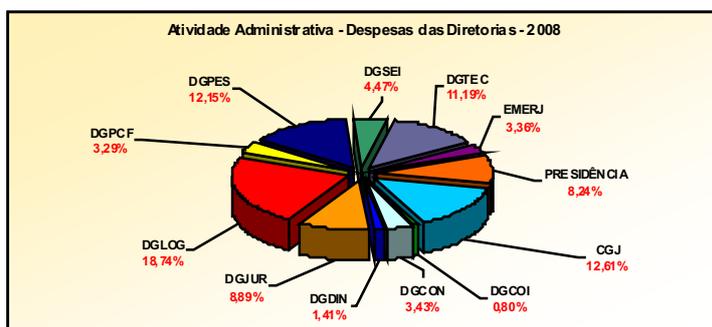
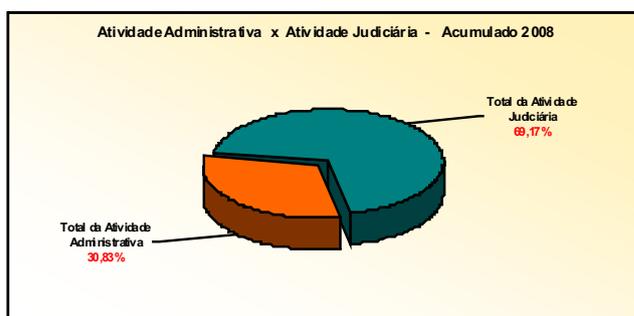
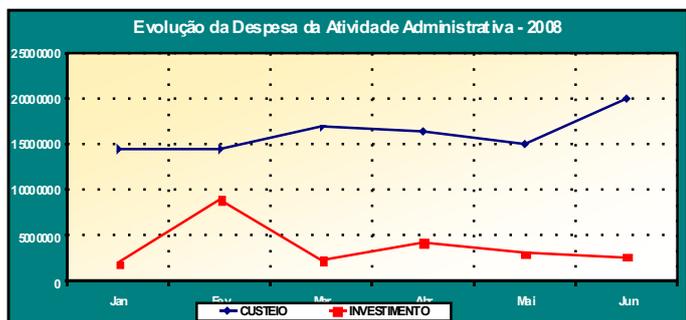
Edilson, Giovanna, Dr. Sebastião, Fernando,
Verônica e Antônio

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 DIRETORIA GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS
 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
 DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DE CUSTOS

RAC - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE CUSTOS - 1º SEMESTRE DE 2008

INFORMATIVO DE GESTÃO DE DESPESAS - ATIVIDADE ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADO DAS DIRETORIAS

Diretoria / Departamento	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Acumulado
ATIVIDADE ADMINISTRATIVA	36.281.367,31	43.357.312,05	38.970.399,34	40.692.326,57	37.764.471,84	43.402.422,18	240.468.299,29
CUSTEIO	14.436.995,70	14.548.722,54	16.818.089,16	16.435.380,96	14.942.367,37	19.840.824,88	97.022.380,61
INVESTIMENTO	1.905.147,17	8.829.252,41	2.271.147,33	4.145.606,11	3.032.967,74	2.569.722,09	22.753.842,85
PESSOAL	19.939.224,44	19.979.337,10	19.881.162,85	20.111.339,50	19.789.136,73	20.991.875,21	120.692.075,83



Presidência	3.447.078,64	3.487.329,69	3.577.365,95	3.667.142,08	3.576.443,58	3.835.736,52	21.591.096,46
Custeio	448.003,90	481.577,60	543.412,20	497.861,01	635.641,69	684.565,07	3.291.061,47
Investimento	56.131,68	136.996,05	147.906,30	242.780,96	101.197,01	90.699,37	775.711,37
Pessoal	2.942.943,06	2.868.756,04	2.886.047,45	2.926.500,11	2.839.604,88	3.060.472,08	17.524.323,62
Corregedoria Geral da Justiça	4.739.881,13	5.659.611,80	5.581.773,00	5.750.121,79	5.678.346,17	7.298.337,76	34.708.071,65
Custeio	624.762,59	737.911,34	786.329,93	778.636,65	753.409,00	2.142.520,79	5.823.570,30
Investimento	457.929,83	1.172.081,79	1.101.169,64	1.141.841,48	1.050.668,98	981.902,34	5.905.594,06
Pessoal	3.657.188,71	3.749.618,67	3.694.273,43	3.829.643,66	3.874.268,19	4.173.914,63	22.978.907,29
Diretoria Geral de Controle Interno	319.383,78	329.560,95	339.718,93	344.661,26	299.527,50	312.327,38	1.945.179,80
Custeio	53.751,55	55.755,75	57.892,84	59.695,94	52.387,07	53.722,23	333.205,38
Investimento	12.832,64	31.860,16	33.478,88	58.390,08	24.260,80	18.530,72	179.353,28
Pessoal	252.799,59	241.945,04	248.347,21	226.575,24	222.879,63	240.074,43	1.432.621,14

Diretoria Geral de Gestão do Conhecimento	1.333.507,48	1.344.514,03	1.381.138,53	1.523.667,59	1.305.489,77	1.648.442,95	8.536.760,35
Custeio	219.637,48	190.264,44	205.493,71	292.530,46	184.097,48	436.772,08	1.528.795,65
Investimento	47.679,30	93.706,12	98.344,21	172.032,76	80.365,79	55.476,99	547.605,17
Pessoal	1.066.190,70	1.060.543,47	1.077.300,61	1.059.104,37	1.041.026,50	1.156.193,88	6.460.359,53
Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional	649.193,09	228.064,61	657.505,33	663.857,15	615.882,54	625.957,56	3.440.460,28
Custeio	468.461,47	39.686,85	463.432,93	444.666,60	432.277,77	451.406,74	2.299.932,36
Investimento	10.426,52	25.886,38	27.201,59	47.441,94	19.836,40	15.113,55	145.906,38
Pessoal	170.305,10	162.491,38	166.870,81	171.748,61	163.768,37	159.437,27	994.621,54
Diretoria Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais	3.863.448,58	3.634.269,52	3.775.238,04	4.185.135,30	3.762.074,68	4.243.521,10	23.463.687,22
Custeio	682.260,84	459.841,23	479.192,13	829.725,68	544.419,97	686.302,12	3.681.741,97
Investimento	32.088,51	78.009,96	81.785,70	141.758,41	58.447,39	73.654,22	465.744,19
Pessoal	3.149.099,23	3.096.418,33	3.214.260,21	3.213.651,21	3.159.207,32	3.483.564,76	19.316.201,06
Diretoria Geral de Logística	7.556.725,15	13.485.735,42	8.669.909,19	8.296.897,87	8.397.687,29	9.034.165,90	55.441.120,82
Custeio	5.021.572,57	5.382.824,91	5.882.615,95	5.343.006,18	5.658.380,17	6.263.270,46	33.551.670,24
Investimento	132.999,15	5.722.729,65	242.895,17	420.089,17	230.738,48	164.966,75	6.914.418,37
Pessoal	2.402.153,43	2.380.180,86	2.544.398,07	2.533.802,52	2.508.568,64	2.605.928,69	14.975.032,21
Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças	1.274.268,12	1.337.066,45	1.377.661,19	1.466.046,13	1.328.473,48	1.385.565,48	8.169.080,85
Custeio	368.740,81	391.762,88	405.426,50	402.450,01	393.797,38	388.460,55	2.350.638,13
Investimento	49.132,44	121.620,16	128.356,20	222.612,18	92.494,30	70.702,38	684.917,66
Pessoal	856.394,87	823.683,41	843.878,49	840.983,94	842.181,80	926.402,55	5.133.525,06
Diretoria Geral de Gestão de Pessoas	4.781.631,35	5.290.126,90	5.538.030,99	5.763.486,00	5.491.109,56	6.394.124,91	33.258.509,71
Custeio	2.100.382,37	2.316.991,02	2.241.766,74	2.304.352,94	2.309.146,05	3.380.848,18	14.653.487,30
Investimento	45.716,28	115.944,33	120.212,49	208.042,66	87.996,60	66.168,69	644.081,05
Pessoal	2.635.532,70	2.857.191,55	3.176.051,76	3.251.090,40	3.093.966,91	2.947.108,04	17.960.941,36
Diretoria Geral de Segurança Institucional	2.495.545,10	2.382.925,31	1.619.091,46	1.587.262,04	1.529.513,06	1.648.167,94	11.262.504,91
Custeio	1.393.685,36	1.211.993,13	1.249.718,78	1.198.266,54	1.196.801,53	1.255.209,38	7.505.674,72
Investimento	70.266,23	136.217,31	25.198,47	70.612,80	16.701,15	52.520,30	371.516,26
Pessoal	1.031.593,51	1.034.714,87	344.174,21	318.382,70	316.010,38	340.438,26	3.385.313,93
Diretoria Geral de Tecnologia da Informação	4.431.370,21	4.920.728,72	5.087.093,38	5.910.833,19	4.415.190,97	5.530.986,26	30.296.202,73
Custeio	2.512.997,34	2.881.934,39	3.984.817,07	3.711.557,24	2.280.464,76	3.563.701,98	18.935.472,78
Investimento	948.238,51	1.090.654,98	155.504,32	1.229.833,67	1.191.346,20	919.761,94	5.535.339,62
Pessoal	970.134,36	948.139,35	946.771,99	969.442,28	943.380,01	1.047.522,34	5.825.390,33
Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro	1.389.334,68	1.257.378,65	1.365.873,35	1.533.216,17	1.364.733,24	1.445.088,42	8.355.624,51
Custeio	542.739,42	398.179,00	517.990,38	572.631,71	501.544,50	534.045,30	3.067.130,31
Investimento	41.706,08	103.545,52	109.094,36	190.170,00	78.914,64	60.224,84	583.655,44
Pessoal	804.889,18	755.654,13	738.788,61	770.414,46	784.274,10	850.818,28	4.704.838,76

Retorna à página inicial

Diretoria Geral de Gestão de Pessoas

PROGRAMA DE

Autodesenvolvimento

Educação continuada de forma prática e versátil



A DGPES iniciou em setembro o Programa de Autodesenvolvimento, que oferece à sua Unidade um material que proporciona educação contínua para você e sua equipe, através de textos didáticos, objetivos, ilustrados, de rápida leitura e fácil compreensão, objetivando ampliar o conhecimento corporativo.

Um novo texto é disponibilizado a cada semana, através das caixas de correio eletrônico dos gestores da Área Administrativa. É uma ferramenta que auxilia na gestão de pessoas, portanto, aproveite! Compartilhe com a sua equipe e bom aprendizado!

Saiba um pouco mais sobre o Programa nas informações abaixo.

O Programa de Autodesenvolvimento traz dentre seus principais recursos uma apresentação didática que visa facilitar sua compreensão.

Textos Objetivos (Tempo médio de leitura: 5 minutos).

- ✦ Temáticas contemporâneas.
- ✦ Autores especialistas em suas áreas de atuação.
- ✦ Inclusão de ilustrações e diagramas.
- ✦ Excelente qualidade visual.
- ✦ Questões para reflexão sobre o conteúdo.
- ✦ Dicas para aplicação imediata do conhecimento adquirido.



O programa abordará temas que visam superar os desafios encontrados no cotidiano organizacional, como:



- ✦ Liderança
- ✦ Desempenho Profissional
- ✦ Trabalho em Equipe
- ✦ Comunicação Interpessoal
- ✦ Administração do tempo
- ✦ Ética
- ✦ Motivação
- ✦ Feedback
- ✦ Solução de conflitos
- ✦ Tomada de decisão
- ✦ Comunicação
- ✦ Inovação
- ✦ Criatividade
- ✦ Mudança
- ✦ Assertividade

O Programa de Autodesenvolvimento pode ser disponibilizado para sua equipe por diversos meios:

- ✦ Distribuição eletrônica e impressa
- ✦ Mural
- ✦ Reuniões de equipes

...e ainda tem espaço para sua criatividade.

Por que Autodesenvolvimento?

✦ "O treinamento pode ser descrito como uma atividade que busca providenciar condições propícias para o autodesenvolvimento contínuo do pessoal." (Dicionário de Termos de RH - Benedito Milioni - p. 144)

✦ 41% dos profissionais de Treinamento e Desenvolvimento apontaram o autodesenvolvimento como uma das principais tendências da área. (Pesquisa ABTD/2003)

✦ 32% das organizações fazem uso intensivo de sistemas de "auto-aprendizagem". (Pesquisa Delphi - RH 2010 - FIA/USP)

✦ "Uso de meios informatizados de auto-aprendizagem" é uma das sete políticas de gestão mais relevantes no futuro. (Pesquisa Delphi - RH 2010 - FIA/USP)

O SERVIÇO SOCIAL DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE

O profissional do Serviço Social realiza um trabalho essencialmente socioeducativo e está qualificado para atuar nas diversas áreas ligadas à condução das políticas sociais públicas e privadas.

O seu trabalho tem como principal objetivo responder às demandas dos usuários dos serviços prestados, garantindo o acesso aos direitos assegurados na Constituição Federal de 1988 e na legislação complementar.

Para isso, o assistente social utiliza vários instrumentos de trabalho, como entrevistas, análises sociais, relatórios, levantamento de recursos, encaminhamentos, visitas domiciliares, pareceres sociais, contatos institucionais, entre outros. A adequada utilização desses instrumentos requer uma contínua capacitação profissional que busque aprimorar seus conhecimentos e habilidades nas suas diversas áreas de atuação.

A equipe de Serviço Social do DESAU é composta por 3 (três) assistentes sociais, com âmbito de atuação junto à administração interna, com o objetivo de fornecer subsídios na esfera de sua competência técnica que sirvam de auxílio às decisões médico-periciais e administrativas.

As perícias médicas são, muitas vezes, atos revestidos de alta complexidade, principalmente na ausência de dados objetivos de história, exame clínico ou quando é necessário avaliar aspectos psicossociais do servidor, seu relacionamento e desempenho funcional, interpessoal e capacidade laborativa.

A demanda atendida pelos assistentes sociais do DESAU vem se ampliando no que diz respeito aos inúmeros processos que exigem estudos sociais, que em sua grande parte necessita de realização de visitas domiciliares

com o objetivo de obter maiores esclarecimentos acerca da situação do servidor na sua totalidade.

O instrumental de trabalho do assistente social adquire materialidade através da elaboração de relatórios, laudos e pareceres, instrumentos essenciais às perícias médicas: licenças médicas para o próprio; licenças para acompanhamento de pessoa da família; inquéritos administrativos; perícias para isenção de imposto de renda e readaptação funcional.

De acordo com a situação a ser avaliada, são realizados: entrevista com o servidor e/ou familiares, visita domiciliar (observação da dinâmica familiar e seus conflitos, correlacionando-os com o comprometimento da saúde e desempenho funcional) e visitas consentidas ao local de trabalho (entrevistas com chefias e colegas, observação da dinâmica e ambiente de trabalho). Na dependência da percepção de conflitos, tanto de natureza pessoal quanto relacionados à instituição, os servidores são encaminhados à avaliação psicológica, ainda no Serviço Psicossocial do Departamento de Saúde.

A rotina desenvolvida no setor de Serviço Social abrange também o acolhimento, orientação e acompanhamento aos servidores e familiares, por demandas espontâneas, articulando recursos para o encaminhamento de situações psicossociais ou de outra natureza a eles referentes, nos limites de atuação do DESAU.

A participação dos assistentes sociais na equipe multidisciplinar do DESAU contribui para eficácia das avaliações periciais, diagnosticando e relatando situações sociais que interferem no comportamento e desempenho e, portanto, na saúde do servidor.

Museu da Justiça

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA MEMÓRIA DO JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO MUSEU DA JUSTIÇA
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL & VISUAL DO PODER JUDICIÁRIO

Entrevista nº 115¹

Fitas nº: 115(A), 115 (B) e 115 (C)

Data: 25, 27 e 28 de outubro de 2004.

Local: Museu da Justiça.

Duração: 01 hora e 48 min.

Entrevistado: José Joaquim da Fonseca Passos

Cargo: Desembargador aposentado

Entrevistador: Jorge Luís Rocha - Historiador

Resumo Biográfico



Nascido no dia 24 de agosto de 1919 em Paraíba do Sul (RJ). Bacharel em direito pela Universidade do Brasil em 1943. Advogado por 16 anos. Professor de História no Instituto La-Fayette. Professor de Sociologia e Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette, depois UEG e finalmente UERJ. Magistrado do estado da Guanabara a partir de 13 de setembro de 1960. Juiz Substituto do Tribunal de Alçada do estado da Guanabara a partir de 1972 e titular em 1974. Juiz substituto de desembargador do Tribunal de Justiça em 1974. Desembargador do Tribunal de Justiça da Guanabara em 1979. Juiz eleitoral da Guanabara de 1963 a 1974. Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do estado unificado do Rio de Janeiro de 1975 a 1979. Presidente do Tribunal Regional

Eleitoral de 1985 a 1989. Aposentado a pedido em 1989. Presidente do Colegiado Dirigente do Museu da Justiça desde 1989 e do Conselho de Vitaliciamento desde 1998. Condecorado com os colares da Ordem do Mérito Judiciário Militar, do Mérito Judiciário e do Mérito da Justiça Eleitoral e com títulos de cidadania de diversos municípios.

Entrevista (trechos selecionados)²

Entrevistador: Exa., o senhor começou a exercer a magistratura num período bastante delicado da história recente de nosso país, que foi o da transformação do antigo Distrito Federal num estado novo da federação, o estado da Guanabara, e o senhor novo ainda em sua carreira. Como V. Exa.

vivenciou a transformação do Distrito Federal em Estado da Guanabara e como isso afetou a sua carreira como magistrado?

Joaquim José da Fonseca Passos: *Bem, eu tinha feito concurso para ser juiz do antigo Distrito Federal e, com esse problema da ida da capital federal para Brasília, entrei, exatamente, para ser juiz da Guanabara. Eu fui da primeira turma de juízes da Guanabara. Não posso fazer, portanto, uma comparação entre antes e depois, porque eu não tive a experiência do antes. Eu entrei como juiz já do estado da Guanabara e não sei em que esse fato possa ter influenciado aqui, porque a magistratura aqui, pelo que eu pude perceber, sempre correu de uma maneira muito serena. Não houve, assim, qualquer coisa que indicasse um sistema, por exemplo, de Judiciário antes da Guanabara e depois da Guanabara. Não encontro essa diferença, porque só 5 juízes optaram por ir para o Distrito Federal, 5 ou 6 juízes... Os outros todos preferiram ficar aqui no Rio de Janeiro (estado da Guanabara).*

E: Em 1969 V. Exa. seria removido para o Tribunal de Alçada do antigo estado da Guanabara como juiz substituto, sendo efetivado em 1971. Pode nos fazer um breve relato de sua passagem por aquele Tribunal de Alçada?

JJFP: (...) *Quando eu fui para o Alçada, deu-se até um fato, para mim, muito interessante. Claro que, se eu estou falando a respeito de mim próprio, eu vou falar sobre esse fato. Onde é que funcionava o Tribunal de Alçada? No antigo Supremo Tribunal Federal. Onde é que nós tínhamos as sessões plenas do Tribunal de Alçada? Era no Tribunal Pleno, como era conhecido. Era na sala de sessões do antigo Supremo Tribunal Federal. Até então, aquele mobiliário ainda não tinha sido levado para Brasília, estava lá. Aqueles lustres enormes! Uma beleza!*

Confesso a vocês uma coisa que até hoje não consigo afastar da minha lembrança. Na primeira vez que me sentei naquelas poltronas, senti uma angústia interior muito grande. Começava a pensar: "Meu Deus do céu! Aqui se sentou Pedro Lessa, Orozimbo Nonato, Hannemann Guimarães, Filadelfo Azevedo... Então, disse assim: "O que estou fazendo aqui? Quando eu penso nesses homens do passado..."

Estou falando com a maior sinceridade, me senti, no começo, meio esmagado. Depois, eu comecei a raciocinar e (concluí): "Bom, eu tenho certeza que eu nunca serei igual a um deles, mas vou procurar, pelo menos, seguir a linha que esses homens todos seguiram".

De maneira que sempre que entrava naquela sala para julgar, eu o fazia sob o pensamento de que estava entrando quase que num sacrário, num lugar muito sagrado e que eu olhava com todo respeito.

Fiquei lá até 1974, quando eu fui promovido para ser juiz substituto do Tribunal de Justiça, juiz substituto de desembargador. Porque a carreira era muito difícil. Era juiz substituto, juiz de direito, juiz de direito substituto do Alçada, juiz efetivo, juiz de direito substituto de desembargador e só depois, desembargador. Mas fiz uma carreira, praticamente, muito rápida. Com 14 anos de magistratura, já estava como juiz de direito substituto de desembargador, 14 anos. Não era coisa muito comum não (...).

E: Bom, Exa., para encerrarmos por hoje, uma última pergunta ainda dentro da questão da justiça eleitoral: O que pensa V. Exa. da existência de uma justiça eleitoral?

JJFP: *Eu acho que é uma coisa que deve até honrar muito o Brasil, porque é o único país no mundo que submete todo o processo eleitoral ao Poder Judiciário. Enquanto em outros países o Poder Judiciário é chamado para resolver apenas recursos, aqui não. Todo o processo eleitoral é feito pela justiça eleitoral que, inclusive, é, ao lado da justiça do trabalho, a única que pode estabelecer resoluções normativas, porque a norma é do Poder Legislativo.*

De maneira que, no entanto, abriu-se uma exceção para a justiça eleitoral, permitindo que ela estabelecesse resoluções com força normativa; Se bem que podia ser de outra maneira, porque todo o processo eleitoral é desenhado e dirigido pela justiça eleitoral, desde o alistamento do cidadão até a proclamação de candidato eleito, com a diplomação feita pela justiça eleitoral.

E eu devo dizer a vocês o seguinte: apesar de tudo que se diz, é uma das boas coisas. Procurem saber dos políticos se eles querem que acabe com a justiça eleitoral, procurem saber. Vocês vejam as Constituições desde que foi criada a justiça eleitoral. Primeiro a Constituição de 1934. Pouquíssima coisa modificou-se de 34 até os dias de hoje. Por quê? Sinal que eles estão muito satisfeitos com a justiça eleitoral. E, por isso é que eu digo: É muito fácil. Pergunta se eles querem voltar ao antigo sistema da verificação de poderes feito pelas câmaras, pelo sistema de qualificação feito pelas comissões eleitorais, ou se eles preferem o juiz, ou que esteja lá um juiz dirigindo tudo? Que traz o selo da sua identidade, do juiz, do homem que julga, do homem que dirige, do homem que não se deixa dominar pela paixão política, que não deve deixar dominar-se pela paixão política. Erros, todos cometem. Quem não comete erros? É possível que tenhamos cometido muitos erros, mas, na verdade, o acúmulo de acertos é muito maior. E aquilo que era o calcanhar de Aquiles da justiça eleitoral, apuração, está hoje resolvida com essa máquina que foi uma dádiva do céu, uma coisa portentosa que se deve creditar ao ministro Carlos Veloso, de tal maneira que hoje somos nós que zombamos dos outros (...).

E: Exa., falávamos anteriormente a respeito do Tribunal Regional Eleitoral e o senhor mencionou uma singularidade em sua carreira como juiz eleitoral.

JJFP: (...) *Eu devo dizer da fusão que, quando ela se iniciou, havia um clima não muito agradável entre os juízes do novel estado. Havia uma incompreensão entre juízes do antigo estado do Rio e juízes da Guanabara e fui sentir na carne esse problema, porque eu fui eleito corregedor do novo estado e ia ter, portanto, uma jurisdição que abrangia não só a antiga Guanabara como também o antigo estado do Rio. E eu não sabia como é que eu seria recebido no antigo estado do Rio por causa, exatamente, dessa rivalidade que foi criada logo no começo da fusão, desnecessária, era uma coisa até inconcebível, mas isso na verdade ocorreu.*

Mas, ao contrário do que se podia esperar, tive um acolhimento muito fidalgo. Aquela cortina de desconfiança que separava os juízes da Guanabara dos juízes do Rio de Janeiro, pelo menos em relação a mim e a minha atuação, não ocorreu. Pelo contrário até! As primeiras cidades que eu visitei foram as cidades da Baixada. Fui a Nova Iguaçu e Duque de Caxias. E encontrei, no começo, aquela reserva, mas, ao mesmo tempo em que eu ia conversando com eles, acabou tudo aquilo e no fim eu senti um grande entusiasmo até dos juízes do antigo estado do Rio que se tornam mais competentes do que o juiz da capital, pelo menos naquela época, porque ele não podia deixar nada entregue, propriamente, aos cartórios. Aqui no Rio de Janeiro, na antiga Guanabara, que era o

antigo Distrito Federal, havia cartórios eleitorais com funcionários próprios. De maneira que eles faziam, praticamente, tudo, porque a função do juiz eleitoral era uma função paralela à função que ele exercia lá no Tribunal de Justiça. De maneira que aquilo ficava propriamente quase que entregue ao cartório.

O juiz do interior não tinha a facilidade de encontrar um cartório preparado que ajudasse o juiz. Pelo contrário, o juiz eleitoral é que tinha que ensinar tudo. Então, com isso ele se forrou de uma cultura jurídica eleitoral sólida. E com esse ambiente eu pude perceber que lá havia realizações extraordinárias (...).

E: E as novas cédulas eleitorais? Eu sei que o senhor teve uma participação direta na implementação...

JJFP: *Tive uma participação muito grande no recadastramento, porque, na verdade, isso que havia aqui não podia continuar: morto voltando para votar, títulos falsificados, títulos em duplicidade... Porque não havia um controle disso. Por isso é que eu sempre admirei uma das figuras mais importantes da justiça eleitoral, que foi o ministro Nélio da Silveira, porque ele é que fez o recadastramento. No entanto, hoje a justiça eleitoral conseguiu vencer o seu calcanhar de Aquiles, que era matéria da apuração, os mapismos³ famosos, que é coisa que a justiça tinha dificuldade no controle. Só a força moral do juiz é que impedia que houvesse coisas piores.*

Hoje, com a máquina eletrônica, a coisa se transformou muito. E hoje é um modelo para o resto do mundo (...).

E: Antes de tornar-se presidente da Associação dos Magistrados, V. Exa. foi também diretor da Escola Superior da Magistratura Nacional no biênio 80, 81. O que pensa da qualidade do magistrado brasileiro?

JJFP: *Bem, devo dizer o seguinte: Fui nomeado diretor dessa Escola da Magistratura Nacional, que era conhecida pela sigla ESMAN, através da presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros. Porque não havia, nunca houve uma associação, uma escola de magistratura aqui no Rio de Janeiro antes da nossa. A primeira Escola da Magistratura realmente nacional que houve foi a nossa.*

Era presidente da associação, o desembargador Miranda Rosa, que me convidou para ser o primeiro diretor da escola. Fizemos, então, vários simpósios em que trouxemos o que havia de melhor nas matérias respectivas: Civil, Processo Civil, Penal, Processo Penal, Administrativo... Procuramos fazer aquilo que faltava e que falta, em geral, ao magistrado brasileiro. Faltava ao magistrado, pelo menos até então, uma linha de aperfeiçoamento e uma espécie de reciclagem dos seus conhecimentos.

A Escola da Magistratura teve esse objetivo: ser uma escola dirigida especificamente aos magistrados. Nas conferências, abríamos o campo para que outras pessoas pudessem assistir, mas as discussões eram feitas no âmbito interno da magistratura e creio que isso foi muito útil, que inclusive incutiu em todos nós a idéia e a necessidade da formação de uma Escola da Magistratura aqui no Rio de Janeiro. Porque, com a ida da Associação dos Magistrados Brasileiros para Brasília, ficou difícil manter a escola aqui. Não era possível a Associação dos Magistrados Brasileiros, que é a

mantenedora da Escola, estar em Brasília e ela funcionar aqui no Rio de Janeiro. Mas foi o que aconteceu no começo.

Como já estava firmado, quem assumiu logo depois de mim foi o desembargador Hamilton de Barros, mas ele não ficou por muito tempo, porque estava doente, e o presidente da Associação, Sidney Sanches, pediu que eu voltasse. E eu, então, consegui organizar alguns cursos até que eles resolveram, definitivamente, ir para Brasília e assim encerrar as atividades da Escola da Magistratura Nacional. Mas, logo em seguida, nos anos de 87, 88, o Tribunal de Justiça resolveu criar a sua Escola da Magistratura. Criou a sua escola através de lei estadual e o seu primeiro diretor foi eleito, inclusive, pelo Tribunal. Foi o Órgão Especial que elegeu (...).

E: Doutor Passos, o que pensa V. Exa. do Museu da Justiça?

JJFP: *Quando me aposentei, comecei a exercer uma tríplice função. Foram as atividades que eu tive depois da minha aposentadoria. A primeira foi, exatamente, a Escola da Magistratura; a segunda o Museu e a terceira o Conselho de Vitaliciamento. O Museu da Justiça, como vocês sabem, tem sofrido vários percalços através dos tempos. Na verdade, estamos conseguindo aqui fazer ressurgir o passado. A nossa função essencial, básica, é no sentido de resgatar aquele passado que, infelizmente, estava abandonado, esquecido e até deteriorado pela ação do tempo.*

Eu tenho a impressão que estamos fazendo um trabalho benemérito nesse sentido, porque a gente tem esse nome pomposo de museu, mas o que nós somos, na efetividade, um centro de memórias. Nós procuramos ser um centro de memórias. Tanto que aqui nós temos várias atividades, inclusive essa que hoje eu estou aqui cumprindo. Esse recolhimento que vocês estão fazendo da memória oral é uma coisa muito importante, não para o presente, mas para o futuro. Muito embora, no presente, muitos que estão falando aqui tenham um passado já um pouco longínquo, como é o meu caso. Já estou com 85 anos de idade, fiquei muito tempo... Vivo nessa casa desde 1946, de maneira que muita coisa passou diante dos meus olhos e eu posso lembrar.

Agora, principalmente, o que podemos fazer é o seguinte: Ver coisas que estavam completamente esquecidas, abandonadas e estão surgindo, estão aparecendo. Mas o Museu tinha que ter uma espécie de uma relação com a sociedade de forma tal que a sociedade pudesse também participar e tomar conhecimento dessas coisas do passado. Daí o motivo pelo qual nós estamos fazendo vários eventos, vários seminários, várias exposições, exatamente para poder reviver esse passado, para que não fique esquecido.

Notas:

¹Ficha técnica da entrevista: Gravação do áudio: Jorge L. Rocha; Levantamento de dados e roteiro: Jorge L. Rocha; Transcrição: Adeir Barbosa Lemos; Revisão final: Gilmar de Almeida Sá.

²A íntegra da gravação desta entrevista e de muitas outras está disponível para consulta e pesquisa no Serviço de Documentação Histórica (SEDHI) do Museu da Justiça.

³Nome dado à manobra fraudulenta que ocorria durante o procedimento de apuração e tinha por objetivo o reaproveitamento dos votos em branco ou a transferência de votos entre candidatos, através da adulteração de atas, mapas e boletins eleitorais.